

CELERIDADE DOS JUIZADOS ESPECIAIS À LUZ DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Tiago Augusto da Silva*
tiagohtmadvogados@gmail.com

RESUMO

O presente Artigo tem, por finalidade, analisar o Princípio da Celeridade Processual, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, os quais têm, em seu âmbito, não só, a prestação da Tutela Jurisdicional, de forma segura; como também, do ponto de vista processual, dar efetividade ao Processo, de maneira mais célere. Sob essa perspectiva, far-se-á a análise sobre a eficácia da Celeridade, na Justiça Especial, frente à aplicação subsidiária do novo Código de Processo Civil.

Palavras-chave: Juizados Especiais; Novo Código de Processo Civil; Celeridade Processual.

1 INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor da Lei n. 9099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, introduziu-se, no Mundo Jurídico, um novo Sistema; ou, melhor, um Microsistema, de natureza instrumental; e, de instituição, constitucionalmente, obrigatória, nos termos do Artigo 98, I, da Constituição Federal; destinado à rápida e à efetiva atuação do Direito. Segundo Joel Dias Figueira Júnior, essa nova forma de prestar jurisdição significou um avanço legislativo, de origem, eminentemente, constitucional¹; pois, esse Microsistema vem atender, principalmente, aos anseios da população menos favorecida, no que concerne, principalmente, a uma Justiça rápida, eficiente, menos burocrática, de mais fácil acesso; de celeridade e segurança;² além de

* Advogado. Graduado pelo Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ. Pós-graduando em Direito Processual Civil Brasileiro e suas Atualizações – UNIARAXÁ e em Ciências Criminais – PUC-Minas.

¹ JUNIOR, Joel Dias Figueira. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. São Paulo: RT, 2006. p. 23.

² Nesse sentido, como explica Cândido Dinamarco, o tempo processual prolongado é um tempo inimigo; fator de corrosão dos direitos, que deve ser combatido, por meio de Medidas Processuais, como Cautelares e Antecipações de Tutela – Medidas de Urgência – de modo a neutralizar, ou, pelo menos,

230

acabar por proporcionar um “desafogamento” da Justiça comum.

É sabido que um dos maiores problemas à efetiva prestação de Tutela Jurisdicional é o fenômeno da morosidade. Não ignorando essa premissa, o Legislador, ao instituir o Artigo 2º da Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9099/95), logrou que o Processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade. No que concerne ao Princípio da Oralidade, temos a premissa de que os atos processuais serão realizados; visando a uma maior celeridade e a uma economia processual; de forma a preferir a oralidade, em detrimento à forma escrita.³

Não obstante, no que concerne aos demais Princípios citados, estes decorrem do próprio Texto Constitucional – Artigo 98, I; e, Artigo 5º, LXXVIII, os quais certificam que a todos, no âmbito Judicial e Administrativo, são assegurados a razoável duração do Processo; e, os meios que garantam a celeridade de sua tramitação; bem como, a utilização do procedimento oral e sumaríssimo⁴.

Com isso, temos que os Juizados Especiais Cíveis trouxeram para o Ordenamento Jurídico Brasileiro, não só, a busca efetiva da Tutela Jurisdicional, de forma célere, orientado pela Carga Magna; como, também, procurou dar efetividade aos Direitos Constitucionais, de acordo com a sua Lei Processual, menos burocrática, mais acessível e econômica.

Não obstante, importante é ter em mente se, na prática, esses Direitos Constitucionais, abarcados pela Lei Processual dos Juizados Especiais Cíveis, têm, realmente, eficácia no Ordenamento Jurídico Brasileiro; em outras palavras, se a Celeridade Processual tem se consolidado, como meio seguro de Tutela Jurisdicional.

minimizar os seus efeitos. DINAMARCO, Cândido. Nova Era do Processo Civil. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 65/69.

³ De acordo com Joel Dias Figueira Júnior, Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. RT: São Paulo. 2006. p. 35-36, o Princípio da Oralidade apresenta, ainda, uma vantagem, que se pode chamar de “Ordem Psicológica”, no sentido de que as partes têm a impressão de exercer, elas mesmas, uma influência decisiva, no deslinde da demanda; resultando, em contrapartida, no melhoramento da imagem do Judiciário, perante os Jurisdicionados.

⁴ SGARBOSSA, Luis Fernando. **Emenda Constitucional nº 45/04 e o Princípio da Celeridade ou Brevidade Processual**. Artigo online. “A Emenda Constitucional nº 45/04, a qual inseriu o Artigo 5º LXXVIII, trouxe, no particular, inegável avanço, ao inserir, de forma expressa, no rol pético dos Direitos e Garantias Fundamentais, tal Direito Público Subjetivo, que, ao mesmo tempo, constitui garantia fundamental essencial; eis que o Processo é instrumento, que viabiliza o exercício dos demais Direitos. Tal Cláusula Constitucional Assecuratória da Celeridade ou Brevidade Processuais é, doravante, intangível e insuscetível de modificação; constituindo-se, evidentemente, em Cláusula Pétreia; protegida, por conseguinte, pelo manto do Art. 60, § 4º, Inciso IV, da Constituição da República de 1988” jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6676. Acessado dia 12.03.2010

Diversos Posicionamentos Doutrinários e Jurisprudenciais apresentam inovações, no que concerne à própria égide processual da Justiça Especial; bem como, são apontadas algumas críticas; visando a uma maior eficácia desse Instituto Constitucional, de tão grande monta. Importante, ainda, ressaltar que a Celeridade Processual dos Juizados Especiais Cíveis está, intimamente, relacionada ao problema da morosidade da Justiça Comum; em outras palavras, a Celeridade Processual, instituída pela Lei Processual e pela Constituição Federal, é grande aliada para o “desafogamento” da Justiça Comum; bem como, leva à libertação da tão indesejável litigiosidade contida⁵.

Pretende-se, assim, discutir a Celeridade Processual, no âmbito da Justiça Especial.

2 PRINCÍPIOS INFORMADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Os Princípios, elencados no Artigo 2º, da Lei dos Juizados Especiais, fazem remeter a uma breve consideração sobre a importância e a relevância do estudo sobre os Princípios, em nosso Ordenamento Jurídico.

Os Princípios consagram, de maneira explicativa, valores; e, um fim a ser alcançado; o que facilita a compreensão e a interpretação de casos jurídicos. Não constituem, apenas, um critério; e, sim, uma base lógico-jurídico-constitucional sobre o Sistema Processual; e, a sua violação é de extrema gravidade, quando comparada à violação de critérios.⁶ São importantes para a elaboração das Leis; bem como, para a aplicação ao Direito; e, “guiam, fundamentam e limitam as Normas Positivas, já sancionadas”.⁷

Para Celso Antônio Bandeira de Mello:

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um Sistema; verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes Normas; compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a sua exata compreensão e inteligência; exatamente, por definir a lógica e a racionalidade do Sistema Normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá

⁵ WATANABE, Kazuo. **Filosofia e Características Básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas**, em obra que ele coordenou. Cf. Juizado Especial de Pequenas Causas (Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984). São Paulo: RT, 1985, p. 2. A Litigiosidade Contida representa o fenômeno, gerado pelos “*conflitos que ficam, completamente, sem solução; muitas vezes, até pela renúncia total do Direito, pelo prejudicado*”. Constatava tratar-se de “*fenômeno, extremamente, perigoso para a estabilidade social*”

⁶ ALVIM, J. E. Carreira. ALVIM, Luciana Gontijo Carreira. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Federais Cíveis**. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2008, p.17.

⁷ NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 194.

sentido harmônico. É o conhecimento dos Princípios, que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário, que há por nome de Sistema Jurídico Positivo.⁸

Pela Principiologia Constitucional, Paulo Bonavides define que os Princípios constituem um “pedestal normativo, sobre o qual se assenta todo o edifício jurídico dos Sistemas Constitucionais”.⁹

Ora, os Princípios constituem parte integrante mais relevante da Ciência Jurídica; vez que fundamentam as Normas, as quais, por sua vez, conferem segurança jurídica ao Jurisdicionado. Os Princípios, cada vez mais, vêm sendo utilizados na fundamentação das decisões de Magistrados e Tribunais; o que exemplifica a sua relevância.

No caso dos Juizados Especiais, além de todos os demais Princípios Processuais, que, indiretamente, exprimem-se e se aplicam; o Legislador previu, como Princípios, norteadores desse Microsistema, dada à natureza jurídica da Lei especializada, que são:

O Princípio da Oralidade, que se entende por haver maior prevalência no processo de atos orais do que os escritos; todavia, os procedimentos, sejam eles realizados, de forma oral ou escrita, acabam por se complementarem, dentro do Processo.

Vale ressaltar que não há superioridade de um ou de outro procedimento, dentro do Processo; seja oral ou escrito, deve-se pensar em sua aplicação, com maior e menor intensidade, a depender do tipo de lide, que será apreciada.¹⁰

O Princípio da Oralidade está, intimamente, ligado aos Princípios da Concentração e da Imediatidade; eis que visa a conferir maior agilidade às demandas.

O Princípio da Simplicidade, que remete à ideia de que as causas a serem julgadas, pelo Juizado Especial, devem ser aquelas de menor complexidade; bem como, o desenvolvimento processual deve ocorrer, de uma maneira facilitada.¹¹

A Simplicidade compreende que o Processo não deve trazer obstáculos às

⁸ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Elementos do Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981, p. 230.

⁹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. Malheiros: São Paulo, 1998, p. 232.

¹⁰ TOURINHIO NETO, Fernando da Costa. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais: Comentários à Lei 9.099/1995**. 7 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p.77.

¹¹ CUNHA, Maurício Ferreira. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. 7 ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm: 2015, p. 12.

partes e ao Magistrado; de modo que os Litigantes se aproximem do Poder Judiciário, sem maiores dificuldades e formalidades.¹²

O Princípio da Informalidade, que, nos Juizados Especiais, em linhas gerais, compreende a ausência de qualquer apego a procedimentos rígidos. Esse Princípio busca tornar o procedimento especial menos complexo, mais simples; sem elevados custos, que, geralmente, estão presentes no procedimento comum.¹³

Nesse contexto de Informalidade, cumpre destacar que não existem óbices para que o Magistrado busque soluções alternativas ao procedimento; visando a obter uma Tutela Jurisdicional mais rápida e adequada ao caso, em concreto analisado. Isso não quer dizer que o Juiz possa criar procedimentos, não previstos em Lei; mas, sim, dizer que pode ele, por meio da Flexibilidade, conferida pela Lei dos Juizados, buscar métodos, no sentido de formar o seu convencimento e atender, mais facilmente, ao propósito das partes.¹⁴

O Princípio da Economia Processual, que, em apertada síntese, objetiva à obtenção do melhor rendimento, dentro do Processo, com o mínimo de dispêndio de atos processuais.¹⁵ Em outras palavras, a Economia Processual visa à redução de todos os atos processuais; buscando a melhor aplicação jurisdicional. Nesse aspecto, cabe mencionar, por exemplo, salvo os casos de litigância de má-fé, a isenção ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, até o primeiro grau de Jurisdição.

E, por fim, o Princípio da Celeridade, que pressupõe conferir uma solução rápida ao Processo; atendendo aos interesses das partes; bem como, à finalidade dos atos processuais. A Celeridade constitui um princípio fundamental; e, guarda estrita relação à finalidade do Microsistema dos Juizados Especiais; sobretudo, por envolver demandas de menor complexidade; e, que podem resultar na satisfação de um Direito, de forma quase imediata.¹⁶

3 O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

¹² ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento: A Tutela Jurisdicional através do processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 654.

¹³ CUNHA, Maurício Ferreira. Op. Cit. p. 12.

¹⁴ TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias Figueira. Op. Cit., p. 82.

¹⁵ CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 13.

¹⁶ ALVIM, Arruda. Op. Cit. p. 20.

Um dos objetivos da implementação do Novo Código de Processo Civil é buscar a harmonização em relação à Constituição Federal e à Lei Ordinária; motivo pelo qual foram inseridos, na redação do novo Código, os Princípios Constitucionais.¹⁷

Com intuito de conferir maior celeridade ao Processo é que foram criadas medidas, a fim de assegurar a razoável duração de todo o procedimento; tal como é, por exemplo, o incidente de resolução de demandas repetitivas, a qual, de acordo com o Ministro Luiz Fux, o citado incidente retrata a possibilidade de “identificação de Processos, que contenham a mesma questão de Direito, que estejam, ainda, no primeiro grau de Jurisdição, para a decisão conjunta”.¹⁸

Por segundo, deu-se maior destaque à possibilidade de se estabelecer o fim do litígio, por meio da mediação ou da conciliação; bem como, criou-se a simplificação de alguns pedidos e métodos.¹⁹

O novo Sistema visou a conferir maior circularidade às Regras de Direito Processual Civil; dando maior coesão e rendimento ao Sistema. Em resumo, buscou a nova Lei, que conferiu maior celeridade, no sentido de se conseguir que um Processo tramite em tempo considerável e razoável.²⁰

A referida simplificação se deu, por exemplo, pela extinção das Medidas Cautelares, as quais estavam previstas, no Código de Processo Civil de 1973; substituindo-as pela denominação generalizada de ‘Tutela de Urgência’ e ‘Tutela de Evidência’.

Busca-se, ainda, o maior rendimento possível do Processo; bem como, a eficácia da Norma, por meio de sua exposição, de forma didática.²¹ Nessa seara, a partir da análise desses Preceitos, objetivados pelo novo Código de Processo Civil, verifica-se relevante coincidência com o objetivo, imposto ao Microsistema dos Juizados Especiais, conforme, exaustivamente, exposto acima.

Nesse contexto, é inegável que várias disposições do NCPC foram inspiradas

¹⁷ AURELLI, Arlete Inês. PANTALEAO, Izabel Cristina Pinheiro Cardoso. **Impactos do novo CPC nos Juizados Especiais**: Petição inicial e juízo de admissibilidade das demandas. Cap. 18, p. 267. In: **Coleção repercussões do Novo Código de Processo Civil**. Juizados Especiais. Coord. Geral DIDIER JR. Fredie. v. 7. Salvador: Jupodivm.

¹⁸ FUX, Luiz. Exposição de Motivos do Código de Processo Civil. In. GUEDES, Jefferson Carús. **Código de Processo Civil**: Comparativo entre o projeto do novo CPC e o CPC de 1973. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 20.

¹⁹ AURELLI, Arlete Inês. PANTALEAO, Izabel Cristina Pinheiro Cardoso. Op. cit.

²⁰ Idem.

²¹ FUX, Luiz. **Exposição de Motivos do Código de Processo Civil**. In. GUEDES, Jefferson Carús. Op. cit. p. 26.

nos Princípios Informadores da Lei n.º 9.099/1995; e, guardam plena sintonia a alguns propósitos desta Lei; todavia, por vezes, esbarram, exatamente, nesses Princípios Formadores.

Frente à aparente similaridade entre os propósitos da Lei n.º 9.099/95 e da Lei n.º 13.105/15, uma questão relevante deve ser analisada. Anteriormente, à discussão acerca da proposta do presente Trabalho, que é da Aplicação Subsidiária das Regras do novo Código de Processo Civil ao Microssistema dos Juizados Especiais.

4 A QUESTÃO DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

Conforme já explanado, acima, os procedimentos, propostos pela Lei n.º 9.099/1995, proporcionam ao Cidadão a possibilidade de encontrar uma Tutela Jurisdicional mais rápida; e, com menos formalidades, a fim de ter assegurados seus Direitos.²²

Costumeiramente, considerava-se possível a Aplicação Subsidiária das Regras do Código de Processo Civil ao Microssistema dos Juizados Especiais, sempre que houvesse omissão na Lei Especial; e, quando compatíveis entre si.

Tocante ao novo Código de Processo Civil, há quem diga que não há qualquer incompatibilidade entre as referidas Leis; e, considerando a nova proposta do NCPC, os impactos de sua Aplicação Subsidiária aos Juizados Especiais são, extremamente, positivos.

Nesse ponto, imperioso ressaltar o posicionamento que a Ministra Fátima Nancy Andrigh tem difundido e defendido, em suas obras e palestras. Para Nancy Andrigh, a Lei dos Juizados Especiais não determina, expressamente, a Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil ao Microssistema dos Juizados; restando claro que, salvo em situações relevantes e excepcionais, a lógica seria manter afastada a sua incidência; mormente, quando considerada a especialidade, que reveste a Lei n.º 9.099/95.²³

Em recente manifestação junto ao 71º Encontro dos Corregedores Gerais de

²² ANDRIGHI, Fátima Nancy. O novo CPC e sua Aplicação nos Juizados Especiais. In: **Juizados Especiais Cíveis e o Novo CPC**. Coord. LINHARES, Erick. Curitiba, Juruá, 2015.

²³ ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei Agostinho. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 15.

Justiça do Brasil (ENCOGE), a Ministra destacou que, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, visualiza uma oportunidade grande e clara de desvinculação desse Microssistema ao da “Justiça Tradicional”.

De acordo com seus ensinamentos, as Normas, que regem o procedimento, nos Juizados Especiais, não dão ensejo à discussão, em relação a possíveis lacunas, no Texto Legal; e, assim, o são, amplas e abertas; a fim de possibilitar ao Julgador maiores condições na condução da lide; e, ainda que, assim, seja, o próprio Legislador instituiu soluções próprias para hipóteses não abarcadas na Lei nº 9.099/1995; as quais devem ser buscadas, por meio dos elementos principiológicos; os quais se denominam, como Critérios.²⁴

E, prossegue expondo:

É preciso repetir e insistir sobre o manifesto equívoco que se comete de formalizar o procedimento nos Juizados Especiais aos moldes dos preceitos exarados no Código de Processo Civil; tendência, cada vez mais, frequente; até mesmo, decorrente de uma devida influência osmótica da Justiça tradicional sobre os Juizados Especiais.

Os Juízes, que conduzem Processos, concomitantemente, em Varas Cíveis comuns e Juizados Especiais, assim como, os Servidores, até mesmo, por praticidade vão, paulatinamente, adotando as fórmulas do Código de Processo Civil; e, por conseguinte, fazendo minguar as qualidades tão caras aos Juizados Especiais, de Informalidade, Simplicidade e Oralidade.

(...)

Na verdade, fica evidente, que há uma reiterada opção legislativa pela permanente apartação dos Sistemas, sob pena de os Julgadores perderem a autonomia na condução dos Processos; das partes perderem, na prática, o acesso direto ao Sistema; considerando o aumento da complexidade na tramitação das ações; o que importaria, necessariamente, o apoio técnico especializado de Advogado; e, de se perder a Celeridade nos Julgamentos; provocando um prolongamento dos Processos, incompatível com a natureza do Sistema dos Juizados Especiais.²⁵

Quando há, na Lei Especial, expressa ordem de aplicação analógica das Regras, contidas no Código de Processo Civil à Justiça Especializada, não se trata de subsidiariedade da Lei Ordinária; e, sim, sobre pontos de encontro entre o rito especial e o procedimento comum.²⁶

²⁴ ANDRIGHI, Fátima Nancy. O novo CPC e sua aplicação nos Juizados Especiais. In: **Juizados Especiais Cíveis e o Novo CPC**. Coord. LINHARES, Erick. Curitiba, Juruá, 2015.

²⁵ Idem, p. 15.

²⁶ Idem, p. 17.

Os Juizados Especiais possuem características e peculiaridades próprias. É um Sistema autônomo; e, não deve ser subsidiado ao Processo Civil tradicional; uma vez que cada Sistema possui a sua própria lógica; devendo o Juiz atuante, perante os Juizados Especiais, ao lado dos critérios de Oralidade, Simplicidade, Informalidade, Economia Processual e Celeridade, guiar o andamento do Processo.²⁷

Ainda que semelhantes às pretensões de ambas as Leis, conforme discorrido acima, é importante delinear os pontos de divergência que as referidas Leis possuem. Esse ponto de encontro entre a Lei n.º 9.099/95 e a Lei n.º 13.105/15 ocorrerá, nos casos de expressa e específica remissão; ou, como já mencionado, acima, na hipótese de compatibilidade entre os Regramentos; principalmente, em relação aos critérios estabelecidos no Artigo 2º, da Lei dos Juizados Especiais; o que, por certo demandará uma análise casuística.

5 A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS DIANTE DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Partindo das premissas lançadas acima, sobretudo, sobre em relação à tese da aplicação automática e analógica ou não das Disposições do novo Código de Processo Civil ao Microsistema dos Juizados Especiais, surgem, então, discussões sobre os pontos de divergência, relacionados a tais instrumentos.

É possível visualizar diversos casos em que, por conta da possibilidade de aplicação analógica das Disposições do novo Código de Processo Civil, desperta a discussão a respeito do afronte ao Princípio da Celeridade Processual, previsto pela Lei dos Juizados Especiais, em relação a tal aplicação. Nesse ponto, destaca-se, por exemplo, a necessidade de fundamentação de todas as matérias arguidas (Artigo 489 § 1º, Inciso IV, NCPC), a questão do incidente de demandas repetitivas vincular as decisões das Turmas Recursais às decisões de outros Tribunais (Artigo 986, NCPC); a inaplicabilidade ou não da Tutela Antecipada de Estabilização (Artigo 304, NCPC); mas, no presente caso, em específico, abordar-se-á a questão da influência da contagem dos prazos processuais em dias úteis, nos termos do Artigo 219, do NCPC.

De acordo com a previsão, conferida pelo Artigo 219, do CPC/2015, a

²⁷ Idem, p. 18.

contagem dos prazos processuais deverá ser computada, somente, em dias úteis. Existe uma grande discussão sobre a aplicação e o real risco de se adotar a Regra, contida no Artigo, acima, mencionado aos Juizados Especiais Cíveis, sob pena de que esse Microsistema perca a sua essência e se desvirtue ao fim, pelo qual foi criado; sobretudo, em relação aos Princípios, que o regem; em especial, a Simplicidade, a Celeridade e a Eficiência.

É, nesse contexto, que se trará um apanhado de considerações acerca da mitigação do Princípio da Celeridade Processual, ante a aplicação do Artigo 219, do novo Código de Processo Civil aos Juizados Especiais Cíveis. Frente à contemporaneidade do tema, a Doutrina pouco se posicionou a respeito do assunto; e, aguarda-se a formação de jurisprudência consolidada a respeito. Entretanto, já, de antemão, é possível afirmar que existem posicionamentos divergentes, em relação à contagem dos prazos processuais, nos Juizados Especiais, em se dar dias úteis; o que, certamente, gera insegurança jurídica aos Jurisdicionados.

Daniel Amorim Assumpção Neves defende a ideia de que a crítica de que a referida Previsão Legal ofende o Princípio da Celeridade Processual e destoa muito da realidade forense. E, afirma que a culpa da demora no Processo se dá em razão do tempo de espera entre os atos processuais; não havendo qualquer empecilho para que a contagem ocorra em dias úteis.²⁸

Ainda, há quem diga que a Celeridade não se relaciona à forma de contagem dos prazos; e, tão somente, ao procedimento especial, contido na Lei dos Juizados, a qual suprimiu alguns direitos e deveres, em prol de um Rito Processual mais célere.

A respeito do tema, a Ministra Nancy Andriighi já se posicionou, dizendo que a adoção da nova Regra de Contagem dos Prazos, prevista pelo novo CPC, caminha em sentido contrário à Celeridade e à Economia Processual; corroborando com sua corrente de não aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos Juizados Especiais Cíveis.

Com exceção ao prazo para a interposição de Recurso Inominado, a inexistência de prazos legais, previstos pela Lei n.º 9.099/95, tão somente, aponta para a existência de prazos judiciais; pelo que a sua aplicação sempre se deu em dias corridos; até mesmo, pelo fato de não existir, até então, qualquer Disposição no

²⁸ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 1 ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 348.

Ordenamento Jurídico Brasileiro sobre a possibilidade de se adotar o cômputo em dias úteis.

Nesse passo, de acordo com o FONAJE, além da ofensa ao critério informador da Celeridade, a Legislação dos Juizados Especiais possui caráter especial, pelo que deve se sobrepor, frente ao novo Código de Processo Civil.

Nesse ponto, merece destaque o fato de que a Lei n.º 9.099/95, por meio de seu Artigo 42²⁹, dispõe que o Recurso Inominado deverá ser interposto, no prazo de dez dias, contados, a partir da ciência da sentença; pelo que se entende pela literalidade da Lei, que tais prazos serão computados em dias corridos; caso contrário, a própria Lei, com seu caráter especial, disporia em sentido contrário.

Assim, ao que parece, melhor seria a continuidade da contagem dos prazos em dias corridos, a fim de garantir a especialidade da Norma dos Juizados Especiais sobre o novo Código de Processo Civil; bem como, a Celeridade do Rito, desenvolvido nesse Microsistema. Considerar a contagem de prazos, tão somente, em dias úteis, implicaria em postergar todos os atos processuais, os quais teriam início, com um ato praticado pelo Advogado; mas, refletiriam nos atos subsequentes; que, por sua vez, implicariam em uma maior morosidade do Processo.

Há de se ressaltar, também, que a somatória dos atos processuais, com prazos contados em dias úteis, pode se ter um aumento razoável no tempo de duração do Processo; o que está, intimamente, ligada à Celeridade, informada pelo Artigo 2º, da Lei n.º 9.099/95.

Os Juízes, que fazem parte do FONAJE, entendem que não deve haver a aplicação do Artigo 219 do Código de Processo Civil, por haver uma incompatibilidade ao Princípio da Celeridade Processual; orientadora dos Processos, que tramitam nos Juizados Especiais. Por outro lado, o ENFAM, em seu enunciado 45 e o FPPC, em seu enunciado 415, pronunciam-se no sentido da aplicabilidade da contagem do prazo em dias úteis, nos Juizados Especiais.

Para uma análise sobre a utilização ou não das Regras do Código de Processo Civil/2015 sobre as Leis Esparsas, deve-se observar o critério de existência ou não de Norma específica, sobre determinado tema processual. Destarte, para a solução da

²⁹ “Art. 42. O Recurso será interposto, no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente”. BRASIL. **Lei dos Juizados Especiais** – Lei 9.099/1995. De 26 de setembro de 1995.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm >. Acesso em: 06 agosto de 2019.

problemática, trazida pela redação do Artigo 219, do Código de Processo Civil, basta fazer uma aplicação sistemática dos Artigos 15 e 1.046, par.4º., Código de Processo Civil, com os Artigos das Leis Esparsas, que determinam a Aplicação Subsidiária da Norma do Código de Processo Civil

Fazendo-se uma leitura sobre as Leis dos Juizados, verifica-se que elas não possuem qualquer Normatização, referente à contagem dos prazos; e, dessa forma, deve ser aplicada, subsidiariamente, a Norma, contida no Código de Processo Civil/2015; como, bem orienta o Art. 27, da Lei 12.153/2009 (Lei JEF). Portanto, tendo em vista a ausência de Normatização da Regra de Contagem de Prazo nas Leis de Juizados Especiais, a Norma do Artigo 219, do novo Código de Processo Civil, aplica-se, em sua íntegra, na Justiça especializada.

Apesar da solução dada, pelo próprio Código de Processo Civil, a divergência doutrinária sobre a aplicabilidade do Artigo 219 é desnorteante para os Advogados, militantes nos Juizados Especiais; os quais precisam ter uma posição profissional firme e cautelosa, em sua atividade profissional; devendo ficar atentos aos entendimentos atuais de cada Juizado, até que se forme a uniformização sobre a jurisprudência entre os Tribunais do nosso País; mantendo-a estável, íntegra e coerente; como prevê o Artigo 926, Código de Processo Civil .

Enquanto não seja pacificado esse tema, é importante seguir o norte da aplicabilidade do Artigo 219, do Código de Processo Civil; alertando aos Advogados, que atuam, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, a usarem os remédios jurídicos cabíveis, no sentido de extirpar uma decisão, que venha a violar a Norma Processual; protegendo o direito, líquido e certo, do Jurisdicionado; garantido pelas Normas Fundamentais Processuais; sempre com o foco no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto no Artigo 8º, Código de Processo Civil; e, no Artigo 1º, III, CF.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho teve, como escopo, tecer algumas considerações acerca da aplicabilidade do Artigo 219, do novo Código de Processo Civil ao procedimento, previsto pela Lei dos Juizados Especiais; bem como, discutir se, com a sua aplicabilidade, há a mitigação do Princípio da Celeridade.

Restou claro que o surgimento dos Juizados Especiais Cíveis não visou, unicamente, ao “desafogamento” da Justiça comum; que, até então, estava abalroada

de demandas; e, sim, buscou tutelar interesses dos Cidadãos, no que diz respeito às causas de menor complexidade, que demandavam uma prestação mais célere e menos dispendiosa.

Na busca por estender os efeitos e a aplicação da Lei dos Juizados de Pequenas Causas, Lei n.º 7.244/84; bem como, dar cumprimento ao previsto, no Artigo 98, Inciso I, da Constituição Federal, a Lei dos Juizados Especiais surgiu, então, como um instrumento, a fim de dirimir controvérsias; e, possibilitar o acesso à Justiça aos Cidadãos; como, também, assegurar-lhes uma razoável duração do Processo.

Os Princípios norteadores, previstos pela Lei n.º 9.099/1995, quando analisados, conjuntamente, visam à facilitação do direito do Cidadão, desde aqueles, com menos recursos financeiros, para julgamento de causas de complexidade reduzida; que podem ser solucionadas, desde a Audiência Conciliatória.

Certo é que os Princípios objetivam uma Justiça mais rápida; sem muitos empecilhos e muitas formalidades; de modo que o Cidadão pode, inclusive, demandar, sem a presença do Advogado, em causas menos que quarenta salários mínimos, por exemplo. Os referidos Princípios, por constarem, expressamente, em Lei, são impositivos e devem os Operadores do Direito manejá-los, como fonte primária, na solução de controvérsias.

Estabelecem, pois, instrumentos de extrema relevância, postos à disposição dos Operadores do Direito. Falar em alcançar a aplicação de todos os Princípios, concomitantemente, traduz o avanço do Microssistema dos Juizados Especiais e de sua proposta inicial; com a prevalência de técnicas, que objetivam uma contribuição social, de forma deliberada.

Uma vez considerada a Aplicação Subsidiária das Normas do Código de Processo Civil aos Juizados Especiais, a contagem dos prazos processuais dar-se-ia em dias úteis. Ocorre que, frente à proposta de facilitação dos direitos, face às demandas propostas, nos Juizados Especiais; e, frente à esmagadora quantidade de demandas, em trâmite nessa Justiça especializada, a aplicação dos Princípios, postulados no Artigo 2º, da Lei n.º 9.099/95, revela-se imperiosa, de modo que adotar a contagem dos prazos processuais em dias úteis consistiria em óbice à eficácia do Princípio da Celeridade.

É inquestionável a importância de se buscar a efetiva aplicação de tais pressupostos principiológicos; notadamente, o Princípio da Celeridade, a fim de garantir uma razoável duração do Processo e uma prestação jurisdicional eficaz e mais

célere possível.

Ademais, há que se preservar a condição de especialidade da Lei n.º 9.099/95, de modo que os procedimentos, ali, previstos devem se sobrepor às Normas, de caráter geral; que é o caso do NCPC. É, justamente, o que ocorre, em relação à questão dos prazos processuais e a sua contabilização em dias úteis: A Legislação especial é silente, a respeito de tal condição. Todavia, estabelece parâmetros principiológicos, os quais devem se sobrepor sobre todo o Sistema dessa Justiça especializada; sobretudo, a fim de garantir os propósitos, pelos quais a Lei dos Juizados fora criada; essencialmente, na garantia da Celeridade Processual.

CELERY OF SPECIAL JUDGMENTS IN THE LIGHT OF THE SUBSIDIARY APPLICATION OF THE NEW CIVIL PROCESS CODE

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the principle of procedural speed in the scope of the Special Civil Courts, which have at their core, not only the provision of judicial protection in a safe way, but also, from a procedural point of view, to give effect to the process more quickly. From this perspective, the analysis of the effectiveness of speed in the Special Justice will be made before the subsidiary application of the new Code of Civil Procedure.

Keywords: Special Courts; New Code of Civil Procedure; Related Searches.

REFERÊNCIAS

ALVIM, J. E. Carreira. ALVIM, Luciana Gontijo Carreira. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Federais Cíveis**. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2008.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. O Novo CPC e a sua Aplicação nos Juizados Especiais. In: **Juizados Especiais Cíveis e o Novo CPC**. Coord. LINHARES, Erick. Curitiba, Juruá, 2015.

ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei Agostinho. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento: A Tutela Jurisdicional através do processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

AURELLI, Arlete Inês. PANTALEAO, Izabel Cristina Pinheiro Cardoso. **Impactos**

do novo CPC nos Juizados Especiais: Petição inicial e juízo de admissibilidade das demandas. Cap. 18, p. 267. In: **Coleção repercussões do Novo Código de Processo Civil**. Juizados Especiais. Coord. Geral DIDIER JR. Fredie. v. 7. Salvador: Jupodivm.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal**. De 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. De 18 de Março de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em 27 de maio de 2016.

BRASIL. **Exposição de Motivos do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil no Senado**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 7 de março de 2019.

BRASIL. **Lei dos Juizados Especiais** – Lei 9.099/1995. De 26 de setembro de 1995.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em: 20 setembro de 2016. CAMARGO, Luis Henrique Volpe. **Cem Novidades do Novo Código de Processo Civil**. Brasília 48, n. 190, abr/jun.2011.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, Maurício Ferreira. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. 7 ed. rev. ampl. atual. Editora Juspodivm: 2015.

FONAJE. **Enunciados do FONAJE**. Disponível em: < www.fonaje.org.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2016. FUX, Luiz. Exposição de Motivos do Código de Processo Civil. In: GUEDES, Jefferson Carús. **Código de Processo Civil: Comparativo entre o projeto do novo CPC e o CPC de 1973**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Elementos do Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 1 ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

TOURINHIO NETO, Fernando da Costa. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais: Comentários à Lei 9.099/1995**. 7 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

WATANABE, Kazuo. **Filosofia e Características Básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas**. In: Juizado Especial de Pequenas Causas (Lei 7.244, de 7 de novembro de 1984). São Paulo: RT, 1985.